



2017

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS



Cum

ÍNDICE

1. Relatório de Gestão Consolidado.....	3
2. Anexos	8
- Perímetro Consolidado;	
- Balanço Consolidado;	
- Demonstração de Resultados Consolidada;	
- Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado;	
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.	



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Introdução

A Câmara Municipal de Lagoa apresenta de forma simplificada as suas contas consolidadas, para transmitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, procurar dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas tem como objetivo elaborar as demonstrações financeiras e económicas de um conjunto de entidades, de forma a se tratar apenas de uma.

As contas individuais da empresa intermunicipal, apresentadas em SNC, foram convertidas para efeitos de consolidação de acordo com o normativo POCAL.

A consolidação de contas está prevista no POCAL, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e Portaria 474/2010, de 1 de julho.

PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

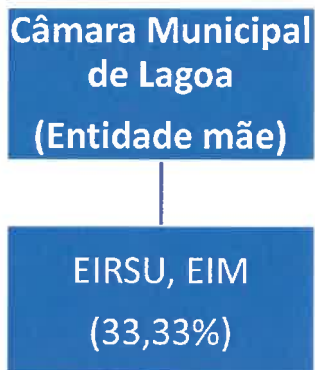
O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Lagoa, é constituído pelas entidades abaixo representadas, conforme artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro:

- Município de Lagoa - NIPC 512074410 – entidade consolidante;
- EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM (33,33% participação do Município de Lagoa no capital) – NIPC 509446515 – método de consolidação proporcional.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'C. F. Silva', is located in the bottom right corner of the page.

ORGANIGRAMA DO GRUPO CONSOLIDADO



MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO APLICADO

O método de consolidação utilizado na consolidação de contas do Município de Lagoa e a entidade EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM foi o método de consolidação proporcional.

EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação apresenta os seguintes dados referentes ao exercício de 2017:

- Relatório de gestão consolidado;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada;
- Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado.

ANÁLISE AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício 2017, constituído pela sua estrutura económica, o Passivo e os Fundos Próprios do grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Para uma melhor perceção da situação consolidada, apresenta-se, de seguida um resumo do Balanço e da Demonstração dos Resultados Consolidado de 2017:



Síntese do Balanço Consolidado

ATIVO

ATIVOS	2017	%	2016	%	2015	%
Imobilizado	55 119 229,89 €	97,57%	55 407 689,94 €	96,77%	56 009 658,90 €	97,81%
Bens de domínio público	9 287 676,69 €	16,44%	9 679 364,80 €	16,90%	10 211 307,94 €	17,83%
Imobilizações incorpóreas	39 324,98 €	0,07%	29 206,62 €	0,05%	23 706,32 €	0,04%
Imobilizações corpóreas	45 304 734,73 €	79,12%	45 211 625,03 €	78,96%	45 287 151,15 €	79,09%
Investimentos financeiros	487 493,49 €	0,85%	487 493,49 €	0,85%	487 493,49 €	0,85%
Circulante	1 373 137,78 €	2,43%	1 851 212,75 €	3,23%	1 252 704,50 €	2,19%
Existências	74 841,99 €	0,13%	92 869,05 €	0,16%	90 713,61 €	0,16%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	184 713,71 €	0,32%	330 641,80 €	0,58%	226 898,90 €	0,40%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	658 205,21 €	1,15%	873 134,36 €	1,52%	565 227,96 €	0,99%
Acréscimos e diferimentos	455 376,87 €	0,80%	554 567,54 €	0,97%	369 864,03 €	0,65%
TOTAL ATIVO	56 492 367,67 €	100,00%	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2017	%	2016	%	2015	%
Fundos Próprios	42 415 343,99 €	75,08%	42 170 867,34 €	73,65%	40 989 962,82 €	71,58%
Património	11 416 772,08 €	20,21%	11 311 082,24 €	19,75%	11 129 002,94 €	19,44%
Reservas de reavaliação	8 880 912,75 €	15,72%	8 880 912,75 €	15,51%	8 880 912,75 €	15,51%
Reservas	20 698 640,54 €	36,64%	19 659 859,76 €	34,34%	19 649 834,84 €	34,32%
Resultados transitados	1 174 541,96 €	2,08%	1 174 041,62 €	2,05%	1 166 976,17 €	2,04%
Resultado líquido consolidado do exercício	244 476,66 €	0,43%	1 144 970,97 €	2,00%	163 236,12 €	0,29%
Interesses minoritários (Portas da Lagoa)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivo	14 077 023,68 €	24,92%	15 088 035,35 €	26,35%	16 272 400,58 €	28,42%
Provisões para riscos e encargos	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	6 302 536,68 €	11,16%	7 101 347,23 €	12,40%	7 880 734,64 €	13,76%
Empréstimos de curto prazo	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Fornecedores c/c	164 229,68 €	0,29%	142 984,99 €	0,25%	57 822,38 €	0,10%
Fornecedores de imobilizado c/c	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Estado e outros entes públicos	41 260,19 €	0,07%	38 792,30 €	0,07%	36 117,16 €	0,06%
Outros credores	644 785,99 €	1,14%	777 952,35 €	1,36%	982 423,20 €	1,72%
Acréscimos e diferimentos	6 829 151,02 €	12,09%	6 931 898,36 €	12,11%	7 220 243,08 €	12,61%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	56 492 367,67 €	100,00%	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se:

- Um ativo total de 56.492.367,67€;
- O passivo e os fundos próprios representam 24,92% e 75,08%, respetivamente;



- As imobilizações corpóreas representam uma grande percentagem em relação a todas as outras rubricas do ativo, sendo que nos fundos próprios e passivo, a rubrica com maior peso são as reservas e acréscimos e diferimentos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS

CUSTOS E PERDAS	2017	%	2016	%	2015	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	851 973,39 €	8,39%	981 598,26 €	10,00%	1 016 767,62 €	10,14%
Fornecimentos e serviços externos	4 010 247,72 €	39,48%	3 620 411,12 €	36,90%	3 100 130,79 €	30,91%
Custos com pessoal	2 849 368,67 €	28,05%	2 869 878,83 €	29,25%	2 876 444,61 €	28,68%
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	788 428,66 €	7,76%	722 170,79 €	7,36%	904 999,30 €	9,02%
Amortizações do exercício	1 296 369,70 €	12,76%	1 266 238,73 €	12,91%	1 253 936,08 €	12,50%
Provisões do exercício	- €	0,00%	4 737,78 €	0,05%	11 543,04 €	0,12%
Outros Custos e perdas operacionais	48 430,70 €	0,48%	60 244,89 €	0,61%	56 967,96 €	0,57%
Custos e perdas financeiros	109 685,23 €	1,08%	109 055,53 €	1,11%	83 197,73 €	0,83%
Custos e perdas extraordinárias	201 923,51 €	1,99%	177 191,20 €	1,81%	725 165,14 €	7,23%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	10 156 427,58 €	100,00%	9 811 527,13 €	100,00%	10 029 152,27 €	100,00%
Imposto sobre o rendimento	- €	0,00%	135,44 €	0,00%	2 029,54 €	0,02%
Resultado Líquido Consolidado do Exercício	244 476,66 €	2,41%	1 144 970,97 €	11,67%	163 236,12 €	1,63%

PROVEITOS E GANHOS

PROVEITOS E GANHOS	2017	%	2016	%	2015	%
Vendas e prestações de serviços	2 491 872,02 €	23,96%	2 453 975,80 €	22,40%	2 539 335,64 €	24,91%
Impostos e taxas	2 382 832,51 €	22,91%	2 279 756,03 €	20,81%	1 902 204,11 €	18,66%
Trabalhos para a própria entidade	37 367,05 €	0,36%	484 025,49 €	4,42%	259 988,59 €	2,55%
Proveitos suplementares	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	5 037 978,73 €	48,44%	5 136 210,77 €	46,88%	4 969 956,24 €	48,75%
Proveitos e ganhos financeiros	391,30 €	0,00%	789,81 €	0,01%	1 859,99 €	0,02%
Proveitos e ganhos extraordinários	450 462,63 €	4,33%	601 875,64 €	5,49%	521 073,36 €	5,11%
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	10 400 904,24 €	100,00%	10 956 633,54 €	100,00%	10 194 417,93 €	100,00%

Pela análise da Demonstração dos Resultados Consolidada, verifica-se:

- Um saldo positivo no montante de 244.476,66€;
- Analisando a estrutura dos custos e perdas, verifica-se que as rubricas com maior peso são a de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal;
- Relativamente aos proveitos e ganhos, constata-se que as transferências e subsídios obtidos e a de vendas e prestações de serviços são as rubricas mais expressivas.

Resultados Consolidados

RESULTADOS CONSOLIDADOS	2017	2016	2015
Resultados operacionais	105 231,47 €	828 687,69 €	450 695,18 €
Resultados financeiros	- 109 293,93 €	- 108 265,72 €	- 81 337,74 €
Resultados correntes	- 4 062,46 €	720 421,97 €	369 357,44 €
Resultado líquido consolidado do exercício	244 476,66 €	1 144 970,97 €	163 236,12 €

Paços do Concelho de Lagoa, 22 de maio de 2018

PELO ORGÃO EXECUTIVO



Cristina de Fátima Silva Calisto

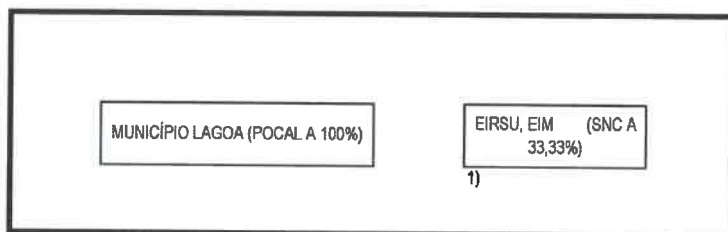
Presidente





Clém

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA
ARTIGO 75º DA LEI Nº 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO



1) CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA EM 31/12/2017

ANO **2017**
(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercicio			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	12.735.650,72	3.447.974,03	9.287.676,69	9.679.364,80
		12.735.650,72	3.447.974,03	9.287.676,69	9.679.364,80
43	Imobilizações incorpóreas	411.561,48	372.236,50	39.324,98	29.206,62
		411.561,48	372.236,50	39.324,98	29.206,62
42	Imobilizações Corpóreas	54.043.087,80	8.738.353,07	45.304.734,73	45.211.625,03
		54.043.087,80	8.738.353,07	45.304.734,73	45.211.625,03
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	487.493,49	0,00	487.493,49	487.493,49
		487.493,49	0,00	487.493,49	487.493,49
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	74.841,99		74.841,99	92.869,05
32	Mercadorias	0,00		0,00	0,00
		74.841,99	0,00	74.841,99	92.869,05
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	242.776,77	59.597,34	183.179,43	327.945,96
24	Estado e outros entes públicos	1.029,28		1.029,28	2.190,84
268	Outros devedores	505,00		505,00	505,00
		244.311,05	59.597,34	184.713,71	330.641,80
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	652.691,47		652.691,47	870.010,94
11	Caixa	5.513,74		5.513,74	3.123,42
		658.205,21		658.205,21	873.134,36
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	448.322,75		448.322,75	546.262,72
272	Custos diferidos	7.054,12		7.054,12	8.304,82
		455.376,87		455.376,87	554.567,54
	Total das Amortizações		12.558.563,60		
	Total das Provisões		59.597,34		
	Total do Activo	69.110.528,61	12.618.160,94	56.492.367,67	57.258.902,69

		(em €)	
Código das Contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2017	2016
	Fundos próprios		
51	Património	11.416.772,08	11.311.082,24
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	8.880.912,75	8.880.912,75
57	Reservas	20.698.640,54	19.659.859,76
59	Resultado transitados	1.174.541,96	1.174.041,62
88	Resultado líquido consolidado do exercício	244.476,66	1.144.970,97
		42.415.343,99	42.170.867,34
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	95.060,12	95.060,12
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	6.302.536,68	7.101.347,23
		6.302.536,68	7.101.347,23
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	164.229,68	142.984,99
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	41.260,19	38.792,30
268	Outros credores	644.785,99	777.952,35
		850.275,86	959.729,64
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	461.823,59	464.571,64
274	Proveitos diferidos	6.367.327,43	6.467.326,72
		6.829.151,02	6.931.898,36
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	56.492.367,67	57.258.902,69



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO DE LAGOA A 31/12/2017

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício			
		2017		2016	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	851.973,39	851.973,39	981.598,26	981.598,26
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.010.247,72		3.620.411,12	
64	Custos com o Pessoal	2.849.368,67	6.859.616,39	2.869.878,83	6.490.289,95
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	788.428,66	788.428,66	722.170,79	722.170,79
66	Amortizações do Exercício	1.296.369,70		1.266.238,73	
67	Provisões do Exercício	0,00	1.296.369,70	4.737,78	1.270.976,51
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	48.430,70	48.430,70	60.244,89	60.244,89
	(A).....		9.844.818,84		9.525.280,40
68	Custos e Perdas Financeiros		109.685,23		109.055,53
	(C).....		9.954.504,07		9.634.335,93
69	Custos e Perdas Extraordinários		201.923,51		177.191,20
	(E).....		10.156.427,58		9.811.527,13
86	Imposto sobre o Rendimento		0,00		135,44
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício		244.476,66		1.144.970,97
			10.400.904,24		10.956.633,54
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços	2.491.872,02	2.491.872,02	2.453.975,80	2.453.975,80
72	Impostos e Taxas	2.382.832,51		2.279.756,03	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a Própria Entidade	37.367,05		484.025,49	
73	Proveitos Suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	5.037.978,73		5.136.210,77	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	7.458.178,29	0,00	7.899.992,29
	(B).....		9.950.050,31		10.353.968,09
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		391,30		789,81
	(D).....		9.950.441,61		10.354.757,90
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		450.462,63		601.875,64
	(F).....		10.400.904,24		10.956.633,54

Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A);	105.231,47	828.687,69
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A);	-109.293,93	-108.265,72
Resultados Correntes: (D) - (C);	-4.062,46	720.421,97
Resultado Líquido Consolidado do Exercício: (F) - (E);	244.476,66	1.144.970,97



FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA

RUBRICAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	2.690.525	2.378.371
Pagamentos a fornecedores	-3.231.875	-2.985.883
Pagamentos ao pessoal	-2.630.824	-2.582.601
Caixa gerada pelas operações	-3.172.174	-3.190.113
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	1.626	-1.502
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	8.011.150	7.692.011
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-2.194.933	-2.124.359
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	-420	6.354
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.645.248	2.382.391
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-2.326.306	-1.510.441
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-66.802	-67.484
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	33	28
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	403.197	330.825
Juros e rendimentos similares	11	790
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1.989.868	-1.246.282
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-798.811	-743.448
Juros e gastos similares	-71.499	-84.754
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-870.310	-828.202
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-214.929	307.906
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	873.134	565.228
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	658.205	873.134

Notas:

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POCAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público consolidado.

Município de Lagoa - Açores

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2017

Introdução

O Município de Lagoa apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2017, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Lagoa	Largo D. João III – Santa Cruz, Lagoa		---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

a) Empreendimento conjunto com as Autarquias da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POICAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e na Portaria nº 474/2010.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POICAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 5 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações Corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2017 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.



Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões para Riscos e Encargos

Regista a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a Processos Judiciais em Curso, Indemnizações, Coimas e outros, com base nas melhores estimativas de valor e probabilidade de ocorrência.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Locação Financeira

Os ativos adquiridos por locação financeira são incluídos no ativo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 6 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.



Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios	0,00			0
Outras construções e infra-estruturas	10.963.364			10.963.364
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	969.807			969.807
Imobilizações em curso	646.000	156.480		802.480
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	12.579.171	156.480	0	12.735.651
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento	0			0
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras imobilizações incorpóreas	365.924	45.780	-143	411.561
Imobilizações em curso	0			0
	365.924	45.780	-143	411.561
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	1.479.946	110.650		1.590.596
Edifícios e outras construções	46.795.563	75.770	-75.770	46.795.563
Equipamento básico	349.988	2.789	0	352.777
Equipamento de transporte	514.170	173.986	-825	687.331
Ferramentas e utensílios	175.698	9.199	-3.341	181.555
Equipamento administrativo	764.296	47.497	0	811.794
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	891.735	130.376	-78.433	943.678
Imobilizações em curso	2.265.900	413.894	0	2.679.794
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	53.237.296	964.162	-158.370	54.043.088
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	17.490			17.490
Obrigações e títulos de participação	470.004			470.004
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	487.493	0	0	487.493
Total	66.669.884	1.166.422	-158.513	67.677.793



Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0
Edifícios	0,00			0
Outras construções e infra-estruturas	2.899.806	548.168		3.447.974
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
	2.899.806	548.168	0	3.447.974
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0			0
Despesas de investigação e desenvolvimento	0			0
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras	336.717	35.519		372.237
	336.717	35.519	0	372.237
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	5.803.081	560.302		6.363.383
Equipamento básico	286.433	17.168		303.601
Equipamento de transporte	475.702	29.463		505.165
Ferramentas e utensílios	156.932	9.304		166.236
Equipamento administrativo	621.158	55.830		676.988
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	682.365	40.615		722.981
	8.025.671	712.682	0	8.738.353
Investimentos Financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	0			0
Outros empréstimos concedidos	0			0
	0	0	0	0
	11.262.194	1.296.370	0	12.558.564

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	61.186	1.793	3.381	59.597
Total	61.186	1.793	3.381	59.597

Nota 8 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos:



Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MLAGOA	Const. 9 Fogos Dest. Arrend. Rosário	CGD	190.705	20-08-2023	62.203
	Const. 12 Fogos Dest. Arrend. Bairro D ^a Amélia-Cabouco	CGD	234.380	20-08-2023	76.285
	Const. 2 Fogos Dest. Arrend. Freg. Rosário	CGD	44.607	22-04-2023	13.385
	Const. 5 Fogos Freg. Cabouco	CGD	92.308	22-10-2023	29.789
	Lot. Água Pau, Lot. 36 a 41 (6 Fogos)	CGD	116.838	23-07-2024	36.983
	Const. Conj. Hab. Relvinha (11 Fogos)	CGD	230.709	23-07-2024	73.127
	Constr. do conjunt. habit. Loteam. Relvinha-S. Cruz (20 Fogos)	CGD	393.272	08-04-2025	145.636
	Const. Conj. habit. Rua Dr. António Hermano T. Melo (2 Fogos) Rosário	CGD	38.562	08-10-2024	13.389
	Const. Conj. Hab. Lot. Longueira St ^a Cruz (5 Fogos)	BCA	105.786	08-02-2026	42.321
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário-Lagoa	BCA	409.758	11-04-2027	189.038
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário	BCA	928.832	10-04-2027	428.076
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau - INH	BCA	523.738	28-05-2027	275.263
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau	BCA	233.293	28-05-2027	124.772
	33 fogos Habitação Social sítos na Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	1.213.450	25-07-2028	705.130
	33 fogos Habitação Social Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	606.725	25-07-2028	352.565
	Obra Saneamento Básico de Água de Pau	BCP	481.690	04-06-2030	366.191
	Construção da Pousada de Juventude de Lagoa	CGD	1.380.159	07-10-2040	1.300.500
	Arranjo Urbanístico da Baixa D'Areia	CGD	841.700	07-10-2035	702.342

Nota 9 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 2.491.872 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 10 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A Empresa participada encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Lagoa está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos

últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 11 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Lagoa totalizaram 110.820,21 Euros em 2017.

Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2017	2016
681 Juros suportados		71.500	75.037
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras		2.180	2.189
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		36.006	31.829
Resultados financeiros		-109.294	-108.265
		391	790
Contas	Proveitos e ganhos	2017	2016
781 Juros obtidos		11	790
782 Rendimentos de títulos de participação			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital		380	
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos			0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		391	790

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2017	2016
691 Transferências de capital concedidas		138.770	125.596
692 Dívidas incobráveis			
693 Perdas em existências			
694 Perdas em imobilizações			
695 Multas e penalidades		4.000	180
696 Aumentos de amortizações			
697 Correções relativas a exercícios anteriores		12.219	34.078
698 Outros custos e perdas extraordinárias		46.935	17.337
Resultados extraordinários		248.539	424.684
		450.463	601.876

Cham

Proveitos e ganhos	2017	2016
791 Restituição de impostos		
792 Recuperação de dívidas		
793 Ganhos em existências	33	49.996
794 Ganhos em imobilizações		
795 Benefícios de penalidades contratuais	36.576	46.722
796 Reduções de provisões	1.589	
797 Correções relativas a exercícios anteriores	67.361	1.612
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	344.905	503.547
	450.463	601.876

Nota 14 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	95.060			95.060
TOTAL	95.060	0	0	95.060

Nota 15 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Designação dos Bens	Valor em Dívida
Imóveis	234.720
Viaturas	0
	234.720

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos						
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
M. Lagoa	EIRSU	Relações Comerciais	21.363	285.254	0	284.078
		Total	21.363	285.254	0	284.078
Direitos / Recebimentos						
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
EIRSU	M. Lagoa	Relações comerciais	-21.363	-285.254	0	-284.078
		Total	-21.363	-285.254	0	-284.078

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		
	Município de Lagoa	EIRSU	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	6.302.537	0	6.302.537
Total	6.302.537	0	6.302.537

Chun

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Lagoa (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 56.492.368 euros e um total de fundos próprios de 42.415.344 euros, incluindo um resultado líquido de 244.477 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município da Lagoa** em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL e a legislação específica aplicável;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

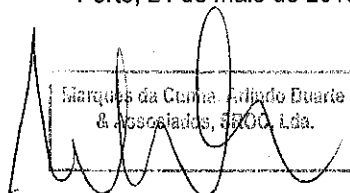
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 24 de maio de 2018



Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda., SROC n.º 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859